



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001898-94.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **MONALISA DENARDI DE ALMEIDA e outro**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Vistos**

**MONALISA DENARDI DE ALMEIDA e FERNANDA DENARDI DE ALMEIDA** ajuizaram a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**.

Alegaram, em síntese, que em 04/02/2012 seu pai, João Carlos de Almeida, faleceu em virtude de acidente de trânsito; já receberam a importância de R\$ 13.500,00 e buscam via deste procedimento a diferença “contabilizada segundo correção monetária sobre o valor da indenização do seguro obrigatório fixado desde a entrada em vigor da MP 340/06 (29/12/06), termo do defasagem (Súmula 43, STJ), até a data da liquidação do sinistro (19.03.12), acrescida de juros de mora (1% mês) desde o pagamento a menor (art. 406 e 497, do CC e art. 161, CTN), até efetivo cumprimento da obrigação recomposta (Súmula 426, STJ), correspondente a R\$ 11.517,76” (textual, fls. 05), além de indenização por danos morais no valor de R\$ 362.000,00.

Devidamente citada, a requerida apresentou

**1001898-94.2014.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das** Horário de Atendimento ao Público << Campo excluído do banco de dados >>

contestação sustentando que já efetuou o pagamento da indenização e que não há como admitir atualização monetária do valor previsto na Lei 11.482/07. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Parecer do Ministério Público às fls. 70/74.

Sobreveio réplica às fls. 78/80.

**É O RELATÓRIO.**

**DECIDO**, antecipadamente por entender completa a cognição, nos moldes em que a controvérsia se estabilizou.

A pretensão merece parcial acolhida.

A controvérsia dos autos cinge-se inicialmente ao valor da indenização que já foi paga às autoras em razão do falecimento do pai, João Carlos de Almeida em 04/02/2012, envolvido em acidente de veículo.

Como o sinistro ocorreu em 04/02/2012, é a Lei 11.482/07 (fruto da conversão da MP 340/06, editada em 29/12/2006) que **tem aplicação in casu**, e seu artigo 3º, inciso "II" da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora nesses hipóteses em "até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte" (*in verbis*).

Nesse sentido:

Seguro obrigatório (DPVAT). Vítima fatal. Cobrança de diferença de indenização. Constitucionalidade da Lei



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

11.482/07. Correto o pagamento efetivado no valor de R\$ 13.500,00, se o acidente que levou à morte o filho da autora ocorreu sob a vigência da Lei 11.482/07, que não se reputa inconstitucional. Recurso não provido. – VOTO Nº 19.283. Apelação com revisão: 0184943-03.2010.8.26.0100 – Comarca de São Paulo – Apelantes: Antonio Santos Xaga; Maria Pereira Chaga. Apelada: Bradesco Seguros S/A – Juíza prolatora da sentença: Andrea de Abreu e Braga.

Embora na respectiva lei não haja menção à correção dos valores lá dispostos, é importante reconhecer a pertinência desse reclamo a fim de preservar o valor da moeda, até porque o prêmio pago pelos segurados é reajustado ano a ano.

**Cabe ainda ressaltar que as indenizações pagas sob a égide do diploma anterior SEMPRE TIVERAM seus valores atrelados ao SM e assim o "arcabouço normativo" admitia implicitamente a correção!!!**

Por esse motivo vem decidindo a jurisprudência não haver “vedação legal” para que se opere a correção dos montantes da lei.

Nesse sentido:

“TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA ALTERADO, DE OFÍCIO, PORQUANTO MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA – INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER CORRIGIDA DESDE A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340/06, A FIM DE ADEQUAR O VALOR DA MOEDA À REALIDADE INFLACIONÁRIA – NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS, COM OBSERVAÇÃO.” - Apelação Cível n. 0007555-70.2011.8.26.0297.

E ainda:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das** Horário de Atendimento ao Público << Campo excluído do banco de dados >>

“VALOR DA INDENIZAÇÃO QUE DEVERIA SER CORRIGIDO, PELOS ÍNDICES DA TABELA PRÁTICA DESTE TRIBUNAL, DESDE DEZEMBRO DE 2006, MÊS DA ENTRADA EM VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340/2006, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI 11.482/2007, ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO” – Apelação n. 0212503-17.2010.8.26.0100.

Por fim, o pleito de danos morais improcede, pois a Seguradora Líder não foi a causadora do acidente que levou à morte o pai das autoras e, assim, não tem relação causal com o fato ensejador do sinistro e suas consequências deletérias.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a súplica inicial, condenando a ré a pagar aos autores os R\$ 13.500,00 previstos na Lei citada com correção pelos índices da Tabela Prática do TJSP desde dezembro de 2006 até a data em que for realizado depósito ; ao efetuar o cálculo, autorizo a ré a abater o que já desembolsou também com correção pelo mesmo sistema a contar da data do desembolso. Assim será disponibilizada apenas a diferença. Incidem juros de mora à taxa legal a contar da citação.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas e cada parte arcará com os honorários advocatícios de seus respectivos patronos. Em relação a autora, deverá ser observado o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

**P.R.I.**

São Carlos, 16 de abril de 2015.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**